



# **DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL: organização e desafios para agricultura sustentável nos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP**

---

Haroldo Borges Gomes

*Instituto de Pesquisas Ecológicas de Teodoro Sampaio/SP*

Edevaldo Aparecido Souza

*Universidade Estadual de Goiás*

Jean Carlos Vieira Santos

*Universidade Estadual de Goiás*

Vandervilson Alves Carneiro

*Universidade Estadual de Goiás*

## **Resumo**

O modelo de produção agropecuária no campo brasileiro atualmente e em tempos pretéritos é responsável por conflitos e impactos pelo prisma socioambiental. A ruptura desse paradigma torna-se necessário, onde cabem também as alternativas agroecológicas, ou seja, a exemplo os sistemas agroflorestais (SAFs) que são formas de uso e manejo dos recursos naturais nas quais espécies da flora local são associadas com cultivos agrícolas ou criação de animais no mesmo terreno. Este produto textual consiste num relato de experiência a partir de ações extensionistas e práticas agroflorestais, alicerçado por levantamento bibliográfico, buscando focar na lida diária do agricultor familiar camponês com o sistema de agroflorestal. Os agricultores familiares camponeses do Pontal do Paranapanema (SP) têm buscado se organizar em associações para ter maior representatividade no campo e se beneficiar das políticas governamentais para implantação de sistemas agroflorestais como uma alternativa interessante para a diversificação da produção, equilíbrio da produção com os recursos naturais e incremento de renda.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Mundo rural; Agricultura familiar camponesa; Oeste Paulista.

## ***DESARROLLO DE LA PRODUCCIÓN AGRÍCOLA EN BRASIL: organización y desafíos para agricultura sostenida en los asentamientos rurales en el Pontal do Paranapanema-SP***

---

## Resumen

El modelo de producción agropecuaria en el campo brasileño actualmente y en tiempos pretéritos es responsable de conflictos e impactos por el prisma socioambiental. La ruptura de ese paradigma se torna necesario, donde caben también las alternativas agroecológicas, o sea, a ejemplo los sistemas agroforestales (SAF's) que son formas de uso y manejo de los recursos naturales en las cuales especies de la flora local se asocian con cultivos agrícolas o creación de animales en el mismo terreno. Este producto textual consiste en un relato de experiencia a partir de acciones extensionistas y prácticas agroforestales, fundado por levantamiento bibliográfico, buscando enfocar en lo contacto diario del agricultor familiar campesino con el sistema de agroforestal. Los agricultores familiares campesinos del Pontal do Paranapanema (SP) han buscado organizarse en asociaciones para tener mayor representatividad en el campo y beneficiarse de las políticas gubernamentales para implantación de sistemas agroforestales como una alternativa interesante para la diversificación de la producción, equilibrio de la producción con los recursos naturales e incremento de la finanza.

**Palabras clave:** Agroecología; Mundo rural; Agricultura familiar campesina; Oeste Paulista.

## INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira está alicerçado em um paradigma de exploração da mão-de-obra, predação dos recursos naturais e acumulação de capital, a partir da produção e comercialização para o mercado externo. Essas práticas produtivas predatórias desencadeiam uma má distribuição de terra e renda, assim como as desigualdades sociais e regionais do nosso país.

Para darmos seguimento nesta visão, faz-se necessário viajar no desenvolvimento da agricultura, principalmente a partir da década de 1930, onde o principal produto agrícola brasileiro, o café, teve que sofrer alterações no seu método produtivo. O café, ao longo do tempo, sempre foi um produto de exportação, principalmente nas décadas anteriores aos anos de 1930, pois era o principal gerador de divisas para o país.

A partir deste período, segundo Silva (1996), com o percurso da história, a passagem da agricultura brasileira do complexo rural para os complexos agroindustriais são visivelmente compreendidos como a transformação de uma economia de consumo<sup>1</sup> (BRANDÃO, 2009) para uma integração da produção agrícola com a indústria. Esta se deu por conta do desenvolvimento do mercado interno dentro de uma lógica capitalista capaz de integrar interesses industriais dentro da produção no campo. Um dos fatores visíveis foi a proletarização do camponês e a quebra da economia de consumo a fim de interesses industriais, que se utilizaram da modernização na agricultura, promovendo a quebra do equilíbrio produtivo, desrespeito à terra, aos recursos naturais e ao homem do campo no contexto produtivo.

No interior da dinâmica da produção, com bases capitalistas de integração da produção à indústria, destacam-se os interesses industriais onde o principal objetivo é a relação direta indústria-agricultura, causando importantes transformações nas bases técnicas produtiva. Um bom exemplo disso é o grande fomento de insumos químicos na agricultura e de máquinas e equipamentos, que se modernizam e tecnificam ainda mais a produção.

O movimento de diversificação do capital e sua estratégia específica de integração de capitais no campo persegue, em última instância, a valorização dos capitais individuais em busca das margens diferenciais de lucro por um lado e dos ganhos de fundador e outras rendas especulativas oriundas da operação do mercado de terras, por outro. Mas, tanto a diferenciação das margens operacionais de lucro, quanto à realização dos ganhos especulativos no mercado de terras, passa, necessariamente, pela regulação e íntima coparticipação das agências estatais encarregadas de gerir a política de preços e de financiamento de um lado e a política de terras por outro. No primeiro caso, o de diferenciação e administração de um complexo e discriminatório sistema de benefícios financeiros, fiscais e da política de preços, favorecendo a realização de margens diferenciais de lucro aos empreendimentos conglomerados ao estilo agroindustriais, agrocomerciais, agroexportadores, etc. No segundo caso, o da regulação das rendas patrimoniais, requer-se todo um conjunto de normas e procedimentos administrativos que garantem a plenitude da criação e circulação dos títulos patrimoniais rurais e de sua valorização. Esse se dá, agora, em um mercado onde o preço desse ativo forma-se basicamente pela avaliação prospectiva da capitalização da renda da terra (DELGADO, 1985, p. 13).

Um ponto importante a ser ressaltado em todo este sistema é que, ao passar do tempo há a necessidade de recursos que viabilizem todas essas transformações que são evidentes. O Estado, por sua vez, cria políticas públicas de crédito que atendam todas estas demandas e, gradativamente, vem mudando essas políticas, ou seja, dando nova cara para o processo, porém, atendendo, em sua maioria, as demandas dos setores do grande capital agrário.

No planejamento do Estado para a economia, de acordo com Gonçalves Neto (1997), foram tiradas grandes fatias de investimentos do campo e alocados para

indústrias, dando suporte ao crescimento econômico e acumulação do capital. Constatase também que o crédito agrícola subsidiado foi um importante instrumento para a modernização agrícola no Brasil, porém, os grupos com maior acesso às informações e com forte influência política, e por isso os maiores beneficiados destes privilégios, foram os grandes proprietários que ficaram com a maior parte dos recursos.

Desse modo, as políticas públicas brasileiras direcionadas ao espaço rural não são inclusivas, haja vista que para a pequena produção, além de serem incipientes ainda há diversos mecanismos impostos pelo Estado que inviabilizam o acesso. Os agricultores familiares camponeses que normalmente se dedicavam ao mercado interno, principalmente aqueles situados fora das regiões hegemônicas, não tiveram acesso ao sistema de crédito rural.

Todo esse processo, ao longo da história, promoveu uma centralização de ganhos de capitais para poucos que tem relação com o meio rural e o fortalecimento de grandes corporações, além da centralização da estrutura agrária.

Para Heredia, Palmeira e Leite (2010), a modernização na agricultura e a importância assumida pelas exportações de produtos agropecuários e agroindustriais, com o envolvimento de capitais, vieram como forma de fortalecer a estrutura de concentração agrária no país. As exportações foram gradativamente vista como grande promissora pelo crescimento econômico no campo e “desenvolvimento” do país. Na década de 1980, a partir dos Complexos Agroindustriais (CAIs), assinala-se o processo de integração agricultura-indústria pelas duas pontas: insumos e produtos finais, expressão que assumiu a industrialização da agricultura. No entanto, a forma como se constituiu a agricultura capitalista passou a ter grupos controladores do processo de produção e comercialização.

Furtoso, Barros e Guilhoto (1998, p.11, *apud* FAJARDO, 2008, p.35) apresentam algumas versões de conceitos de complexos agroindustriais:

FARINA (1988) formula o conceito de sistema agroindustrial de alimentos como a cadeia que se inicia na produção agrícola, passa pelo processo de transformação industrial e pela rede de distribuição e atinge o consumidor final. STREETER et al. (1991) adotam a visão ampla de CAI, somando aos segmentos a montante (indústria de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura) e a jusante (indústria processadora de alimentos e matérias-primas) o consumidor. Para BARRY *et al.* (1992), o CAI é dito como uma cadeia de atividades inter-relacionadas, incluindo produção, processamento, comercialização e instituições de organização e elaboração/implementações de

políticas setoriais. ARAÚJO *et al.* (1990), ao estudarem o CAI brasileiro, consideram os segmentos de insumos agrícolas, armazenagem, processamento e distribuição final (FAJARDO, 2008, p.35).

É válido ressaltar que o modelo produtivista rural no Brasil, das grandes corporações e os grandes produtores atuantes no espaço rural, está diretamente ligado à essas políticas de exportação de produtos. No entanto, há que ressaltar que as pequenas propriedades<sup>ii</sup>, por sua vez, desde os tempos mais antigos sempre tiveram seu papel importante na produção interna para alimentar a população, seja a nível local ou nacional. Apesar de ter suas limitações, em muitos casos marginalizados e com enormes dificuldades de acesso a créditos, assistência técnica e extensão rural de qualidade, esse tipo de produtor vem se mantendo como importante organizador da produção para a soberania alimentar.

Diante de todos os empecilhos ocorridos e as diferenças visíveis nos sistemas de produção entre grandes produtores e a pequena produção familiar camponesa, é válido ressaltar que nas dinâmicas territoriais regionais, a participação de atores dos territórios é importante, pois, vislumbram melhores caminhos para a produção no meio rural.

Tanto Schneider e Tartaruga (2005) como Hespanhol (2010) enfatizam que a abordagem do desenvolvimento territorial deve ser capaz de criar e proporcionar instâncias para o debate das demandas entre os diversos atores do território.

Para Hespanhol (2010), em síntese pode-se afirmar que a permanência de problemas estruturais, a ineficiência das instituições, a reduzida participação da sociedade civil e a persistência de práticas clientelistas se constituem nos grandes empecilhos para que políticas de desenvolvimento rural baseadas na abordagem territorial tenham resultados positivos no Brasil.

Diante da conjuntura da formação histórica do Brasil e do processo de desenvolvimento da agricultura adotado, fica evidente que continuamente ocorrem disputas pela consolidação de políticas públicas que atendam as demandas e interesses do capital, fenômeno este que se reproduz tanto na área rural quanto na área urbana.

Trata-se de um relato de experiência<sup>iii</sup> a partir de ações extensionistas<sup>iv</sup> e práticas agroflorestais, com o apoio de literatura específica (artigos, reportagens, livros, monografias, dissertações e teses), focando na labuta cotidiana do agricultor familiar camponês com o sistema agroflorestal no Pontal do Paranapanema / SP.

A experiência abordada vem ocorrendo na região do Pontal do Paranapanema, no extremo Oeste do Estado de São Paulo, por intermédio de um processo de transição para agroecologia via implantação e consolidação de sistemas agroflorestais (SAFs). A instituição promotora do processo é o IPÊ<sup>v</sup> - Instituto de Pesquisas Ecológicas que

desde sua fundação em 1992, vem trabalhando para a conservação da biodiversidade com o envolvimento das comunidades rurais onde atua. O IPÊ vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais e agroecológicos desde 2001 e atualmente no Pontal do Paranapanema são 50 agricultores assentados de reforma agrária de 13 assentamentos, sendo eles localizados nos municípios de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio e Euclides da Cunha Paulista, envolvidos com a implantação de agroflorestas.

A experiência em tela vem sendo acompanhada desde as fases iniciais de implantação em áreas demonstrativas, mas relata a importância da mudança de concepção de modelos inovadores de produção sustentável, que envolvem um tripé contendo aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Neste texto se utilizará o conceito de agricultor familiar camponês, haja vista, conforme Ribeiro e Salamoni (2011), que este permite expressar o “reconhecimento da permanência de ‘lógicas camponesas’ que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura”. De acordo com as autoras o conceito comporta ainda a combinação da produção para o autoconsumo (economia de consumo) com a produção para o comércio, “cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar”, na perspectiva de afirmar as “lógicas de resistência e estratégias de reprodução social” (RIBEIRO; SALAMONI, 2011, p.215).

O termo agricultor familiar, pequenos produtores e pequenos agricultores presentes no texto estão localizados apenas nas citações diretas e embora sabe-se tratar de conceitos distintos, neste trabalho não se pretende fazer essas discussões conceituais.

Isto posto, as práticas e organização socioeconômicas e culturais nos Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema, estão vinculadas aos saberes camponeses quanto aos processos produtivos, as quais se transformam constantemente, se ajustam às demandas de mercado, e as práticas socioculturais.

### **Organização da produção rural no Brasil, por meios de associações e cooperativas e suas faces**

É importante reconhecer que a forma de organização da produção no meio rural vem passando, no decorrer da história, por uma trajetória que vai desde a produção mercantil nos tempos mais antigo até a mais recentemente, o agronegócio. Toda essa base organizativa dos setores agropecuários produtivos é assentada em grandes ganhos de capital. “Qualquer atividade agropecuária nada mais é do que uma atividade econômica onde o produtor planta, cria, produz e muitas vezes até industrializa, tendo como finalidade escoar seu produto e obter lucros com isso” (RURAL NEWS, 2017<sup>vi</sup>).

Ao longo do tempo a percepção de grandes produtores e empresas que atuam no meio rural é, principalmente, manter-se sólida na cadeia produtiva e preservar seus

empreendimentos bem-sucedidos. De maneira geral, podemos ressaltar que em todos esses processos produtivos de grande escala o Estado é o grande agente financiador deste modelo de produção, através de suas políticas públicas de crédito.

Esse é, imprescindivelmente, “o objetivo final do produtor rural, obter lucro com a sua produção. Tendo isso em mente, todo o processo produtivo, administrativo e comercial precisa ser bem feito e bem planejado”. No entanto, “muitas vezes, um produtor não consegue atingir suas metas, simplesmente por não ter feito um planejamento eficiente e o maior erro ou “furo” no planejamento é não ter meios eficientes para escoar a produção” (RURAL NEWS, 2017), tendo que recorrer a formas de organizações coletivas. É aí que pode entrar a atuação das cooperativas agrícolas, onde:

O crescimento econômico que a cooperativa almeja e tem condições de proporcionar ao quadro associativo, no caso produtores rurais, pode ser extraído através das vantagens obtidas com a redução dos custos e com o aumento das margens de lucro, o que se dá, basicamente, em três dimensões: pela eliminação dos intermediários, pela agregação de valores aos produtos e pelas compras e vendas em comum. Com o rompimento da cadeia de intermediação, a cooperativa diminui a distância entre produtores e consumidores e passa a ter condições de reduzir custos e maximizar lucros, pela apropriação das fatias que tradicionalmente ficavam em poder dos intermediários. Em linhas gerais, o sucesso do modelo de desenvolvimento econômico dependia da modernização tecnológica da agricultura e do desenvolvimento de uma agricultura de exportação capaz de gerar divisas, abastecer o mercado interno e fazer da própria agricultura uma consumidora de produtos industrializados, metas que passaram a depender de uma nova postura, muito mais eficiente sob o ponto de vista empresarial, das cooperativas agrícolas (SERRA, 1986, p. 67).

Esse modelo de organização em cooperativas dá-se de forma segmentada de uma visão muito capitalista no qual atende muito bem a grande produção, que por sua vez tem altos índices de produtividade, devido as suas extensas áreas de terra. Por mais que a taxa de lucro não seja tão elevada, ao se consideraras grandes extensões de terras, acaba por refletir em excelentes rendas, se pontuar também os complexos agroindustriais de forma organizada, que estão inseridas nesse contexto, no qual os ganhos acabam sendo ainda maiores quando a produção está atrelada às cooperativas, principalmente as de notável expressão no mercado.

Por outro lado, têm também as pequenas cooperativas, representadas por agricultores familiares camponeses e outros modelos de produção em pequena escala e para cadeias curtas de comercialização<sup>vii</sup>, oriundas de seguimentos sociais como as cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras - MST e outros movimentos sociais de luta pela conquista e permanência na terra. Essa forma de organizar melhor a produção tem um papel importante e tem como principal objetivo, fortalecer e distribuir melhor a renda de forma igualitária e criar espaços no mercado, porém, não tem como fugir da competição por mercado com as grandes.

É válido ressaltar que dentro deste processo de pequenas cooperativas e organizações sociais, em muitos casos, sua produção é focada em uma produção mais equilibrada buscando uma produção sustentável, que vise o equilíbrio nos sistemas produtivos e que respeite recursos naturais, aspectos culturais, coletividade entre outros. Como exemplo deste processo pode-se citar a Cooperativa Agrícola Vitoria - COPAVI, situada na região de Paranacity, no Estado do Paraná.

É importante focar também nas associações que, de certa forma está mais relacionada aos agricultores familiares camponeses e trabalhadores do campo. Enquanto uma cooperativa tem interesses essencialmente econômicos, com objetivo de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado, a associação visa a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, dentre outros.

Diante do cenário do cooperativismo, seja ele representado pela grande ou pela pequena produção, as duas formas de organizações são cruciais para os interesses de seus associados, como forma de facilitar e ter sua representação diante do mercado, como também de questões políticas, sociais, entre outros.

Cabe destacar que “com o produto da produção de muitos produtores rurais, as cooperativas conseguem fazer grandes negócios, inclusive na área de exportação. São negócios que, individualmente, os cooperados nunca teriam condições de efetuar” (RURAL NEWS, 2017).

Os novos canais de expressão de interesses dos trabalhadores no campo são as associações, que novas formas de articulação e intermediação de interesses são acionadas pelo Estado, fora da órbita dos partidos e dos sindicatos. As associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, assim como os conselhos municipais de desenvolvimento rural mostram-se como novas formas de agregação social que coexistem com outras categorias, como os grupos de interesse e os sindicatos, com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação.

Para o produtor é importante que a associação possa prestar serviços sociais e econômicos, do contrário perderia sua razão de existência. Por outro lado, observa-se que ainda tem baixa representatividade, observando-se a centralizações das decisões na diretoria, que tende a concentrar poder e informações. O modelo associativista induzido pelo Estado era uma forma de promoção social e de facilitar o repasse de recursos (COSTA; RIBEIRO, 1999, p. 11).

Entende-se que todas as associações são criadas a fim de receber recursos do governo através de políticas públicas, no entanto, em sua maioria, na prática estes recursos são importantes para a implementação de ações que ajudem a melhorar a vida no meio rural. Deve-se ressaltar também que em muitas dessas associações há outros interesses, como organizara produção retirando a figura dos atravessadores que intermediam a venda e se apropria de parte de seus lucros.

Do ponto de vista holístico, com essas formas de organizações observa-se um conjunto de ações que podem ser realizadas dentro delas, como estreitem as relações políticas dentro dos municípios e territórios, para de fato expressar a vontade popular dos que vivem no meio rural. Para isso, é necessário que a formação e as atividades da cooperativa e associações atendam mais demandas de todos e os interesses dos associados sem deixar ocorrer interesses políticos que atendam uma minoria produtores.

### **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema e as perspectivas da transição para produção sustentável**

Para Buainain e Pires (2003), a ocupação do território no Brasil, em especial, após seu descobrimento, desencadeou todo o processo de dominação da questão agrária que permanece até os dias atuais com altos índices de concentração fundiária. Ao analisar o acesso à terra “[...]desde a Lei de Terras de 1850, chegando à Constituição Brasileira de 1988, o que se teve até então, foi uma legislação mantenedora e garantidora da propriedade da terra na condição de latifúndio [...]” (BIBIANO; GOMES, 2007, p. 4).

Com a implantação gradual de alguns milhares de assentamentos no país, 9.444 de 1979 a 2016 (NERA, 2017), 114 no Pontal do Paranapanema de 1985 a 2013 (NERA, 2014), as questões agrárias abordadas passaram a ser pensadas a partir da permanência na terra e algumas medidas começaram a ser implementadas como a formulação de mecanismos e instrumentos que ajudassem os trabalhadores assentados a melhorar o seu desenvolvimento produtivo.

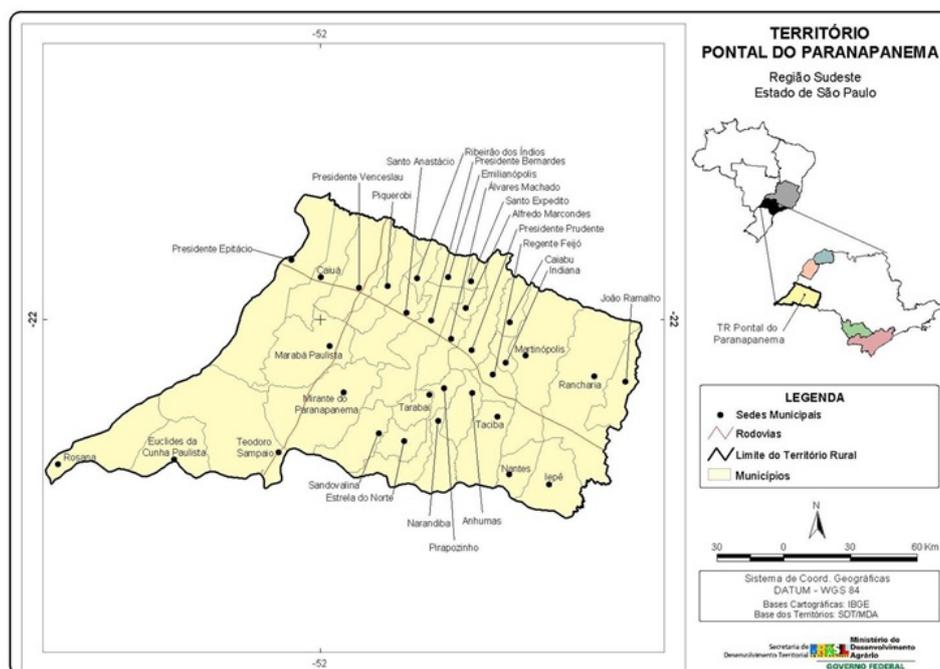
Assumindo como verdadeiro o fato de que todos os assentamentos surgem como resultado de conflitos sociais relacionados a contextos onde o tema reforma agrária ganha visibilidade na mídia e impõe-se na agenda política, o que resulta em desapropriações ou compra de terras, podemos dizer que a criação dos assentamentos tem como objetivo fixar os grupos demandantes, que se organizam principalmente a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, e aliviar as tensões sociais decorrentes destas demandas [...]. O que existe, portanto, não é uma política de reforma agrária com vistas ao desenvolvimento rural e mudanças significativas da configuração territorial rural, mas ações que buscam atenuar conflitos sociais. Marcados, então, pela inexistência de um planejamento prévio, os assentamentos enfrentam situações bastante adversas, que comprometem sua viabilização econômica e social (BEDUSCHI, 1999, p. 151).

Mitidiero Júnior (2007) atribui parte dos problemas da reforma agrária brasileira a aspectos que estão além das questões econômicas e políticas, pois estão ligados a resquícios da formação social e territorial brasileira, marcada pelo poder do latifúndio. “O território rural ou os lugares relativamente afastados dos centros urbanos é o espaço que reflete as disputas e tensões entre os diferentes projetos de ocupação, preservação e uso da terra e dos recursos naturais” (PORTO *et al.*, 2007, p. 5).

A Região do Pontal do Paranapanema, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo (Figura 1), ao longo do século passado foi disputada por posseiros e grileiros acobertados pelo governo do Estado, e foi, na sua totalidade, ocupada de forma voraz e destrutiva da natureza. Nas décadas de 1970 e 1980, houve o avanço da atividade pecuarista, ampliando a sua área num processo de concentração fundiária e também a construção de três usinas hidrelétricas, acarretando no término de suas obras a demissão em massa dos trabalhadores.

Foi o início do processo de reivindicação por terras para a reforma agrária na região. Ocupações, trabalhadores mobilizados e acampados, ações judiciais promovidas pelo estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sociopolítico do Pontal, desde o início dos anos 1990 (FERRANTE; BARONE, 2008, p. 288).

No início dos anos 2000 uma nova atividade do capital agrário é implantada na região, monopolizando o território e dificultando ainda mais a produção para economia de consumo. A cana-de-açúcar como matéria prima para a produção de etanol, açúcar e energia elétrica, traz, como consequência, a redução da área plantada com atividades alimentares, como afirmam os estudos de Fernandes, Antonio e Silveira (1995), Ferrante e Barone (2011), Rosa (2012), dentre outros. Uma verdadeira corrida para a produção de agrocombustíveis toma conta das discussões no Pontal do Paranapanema, no Brasil e no mundo, fazendo com que representantes do agronegócio invistam cada vez mais nesse novo mercado.



**Figura 1.** Localização do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo.

Fonte: MDA, 2009.

Para Bunde e Mendonça (2009), a expansão do agronegócio dos agrocombustíveis tem desarticulado comunidades camponesas inteiras, visto que as agroindústrias têm interesses no conjunto das pequenas propriedades e não isoladamente. Realidade essa que também chega aos assentamentos de reforma agrária:

O uso intensivo [de] agroquímicos nas lavouras de cana-de-açúcar do Pontal do Paranapanema, Sudoeste do estado de São Paulo, é parte imanente do processo de produção destrutivo, e expressa impactos que atingem a sociedade de modo geral, bem como, de forma mais

direta os trabalhadores e a população camponesa dos assentamentos rurais, oriundos da luta pela terra, que estão sendo sufocados pela monocultura (THOMAZ JÚNIOR, 2014, p. 4).

Bunde e Mendonça (2009, p.5) asseveram que as consequências dessa estratégia do agronegócio dos agrocombustíveis “[...] são a utilização de territórios imensos, que antes estavam voltados para a produção de alimentos ou para a preservação da sócio-biodiversidade, na produção de cana-de-açúcar, numa intensidade jamais vista em nossa história”.

Camilotiet *al.* (2008) consideram que a desapropriação de terras para a formação dos assentamentos no Pontal do Paranapanema trouxe o duplo desafio de se enfrentar o passivo ambiental e social, exigindo o envolvimento de diferentes instâncias como a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo–ITESP, a Universidade Estadual Paulista – UNESPe as comunidades local e regional.

Estas organizações observaram a complexidade de tratar a questão ambiental nesses espaços. Algumas experiências mostram que estratégias punitivas e autoritárias, baseadas em autuações ambientais ou na imposição de um determinado modelo de recuperação de áreas degradadas (RADs), não foram eficazes e nem capazes de gerar a sustentabilidade da ação de restauração para pequenos agricultores (ALMEIDA *et al.*, 2007, p. 2).

Até pouco mais de meados da década passada, normalmente a metade do lote era preenchido com agricultura (hortaliças, milho, mandioca, arroz e feijão), sendo esta para economia de consumo e venda de excedentes. A outra parte era destinada a pecuária leiteira de pequena escala. No entanto, nos últimos anos está ocorrendo uma mudança. Atualmente, a pecuária de leite de baixa produção tem tomado quase todo o espaço dos lotes rurais, devido aos problemas de comercialização de produtos de origem agrícola, e até mesmo por falta de políticas públicas que facilitem a agroindustrialização para os agricultores familiares camponeses, o que permitiria melhorar a renda com agregação de valor aos seus produtos.

Devido à má conservação do solo, falta de uma extensão rural de qualidade e com um contingente de técnicos inadequados, e carência de manejo apropriado nesses assentamentos rurais, apresentam uma agricultura e uma pecuária de baixa produtividade na maioria dos lotes. Portanto, estes são assentamentos onde a

maioria das famílias está em constante luta para suprir suas necessidades básicas para reprodução familiar e a permanência no campo.

Os assentamentos da reforma agrária geralmente provêm da massa excluída de nossa sociedade, e há dificuldade para assimilar os conceitos afetos à questão ambiental, prevalecendo o conhecimento empírico, instintivo e de subsistência. Portanto, a incorporação completa da variável ambiental por parte desse público, requer um processo educativo, longo e completo, que deve ser de responsabilidade da sociedade como um todo (LIMA, 2007, p.164).

Além das dimensões ambiental e produtiva, há outros aspectos a considerar, como a questão sociocultural. “[...] a questão sociocultural é fundamental, pois parte importante destas áreas é ocupada pela agricultura familiar, onde os sistemas de produção apresentam características diferentes das exigidas pelas tecnologias convencionais” (BOLFE; BERGAMASCO, 2008, p. 3).

Nesse viés pensa-se na adoção de outros modelos e perspectivas para produção sustentável nos assentamentos do Pontal do Paranapanema em contraposição ao modelo hegemônico do capital, como estratégia para a permanência das famílias assentadas na terra, da produção alimentar e das práticas socioculturais camponesas.

O Pontal do Paranapanema, em 2007 possuía 112 projetos de assentamentos rurais de reforma agrária<sup>viii</sup> (LIMA *et al.*, 2007), com aproximadamente seis mil famílias assentadas, que fazem a região se destacar com uma dinâmica extremamente rica quando o assunto é reforma agrária. Com esse grande número de assentamentos e suposto baixo desempenho econômico dessas áreas nos últimos anos, os sistemas agroflorestais surgem como uma alternativa que visa contribuir para o enfrentamento dos problemas ambientais e socioeconômicos, ajudando os agricultores a diversificar as atividades agrícolas nos lotes rurais e ao mesmo tempo conservar o solo, a água e as matas.

O sistema agroflorestal e a agroecologia têm ganhado espaço nos assentamentos de reforma agrária, sobretudo nos de implantação do MST. Ramos Filho *et al.* (2007), avaliam que a integração dos sistemas agroflorestais (SAFs) às atividades em assentamentos rurais, dependem de estudos, visando entender e compreender os processos de adoção destas tecnologias, bem como estudos sobre a viabilidade econômica em cada condição específica.

A recuperação ou a manutenção dos recursos naturais é de crucial importância para o resgate da qualidade ambiental no campo e para a melhoria dos níveis de vida de sua população rural. A reconstituição das matas ciliares, a proteção das nascentes e a implantação de reservais legais, conforme estabelece a legislação, poderão revitalizar as paisagens rurais e favorecer a expansão de formas de exploração ambientalmente menos agressivas e que sejam mais compatíveis com as pequenas propriedades (HESPANHOL, 2008, p. 91).

Neste sentido, a proposta agroecológica, ao tratar das múltiplas dimensões da sustentabilidade, inclusive no aspecto político, é uma perspectiva interessante de trabalho.

A agroecologia vai além dos aspectos técnicos e, nesse sentido, se apresenta como resposta à questão socioambiental. Do ponto de vista da sustentabilidade social, a agroecologia propõe a utilização de recursos locais, reduzindo a dependência externa de insumos, além da redução dos custos de produção e da geração de novas alternativas de mercado, trabalho e renda. Do ponto de vista ecológico, as propostas agroecológicas potencializam a reciclagem de materiais, possibilitando um circuito quase fechado de produção. A utilização de recursos renováveis, especialmente as fontes de energia baseadas na fotossíntese (em lugar do petróleo) é igualmente uma das vantagens da aplicação da agroecologia. Isto tudo se relaciona com a proposta de substituir os insumos por processos e manejos, em que se aproveita o “efeito biodiversidade” para o equilíbrio dos agroecossistemas (CANUTO *et al.*, 2008, p. 3).

Segundo Caporal e Costabeber (2000, p. 21) trata-se de um método que “respeite os distintos modos de vida e as diferentes culturas e que favoreça a preservação da biodiversidade”. A agroecologia é uma ciência, mas também um conjunto de práticas das comunidades tradicionais que “representa a possibilidade de acesso a terras, sementes, água, créditos e mercados locais” (ALTIERI, 2012, p. 15). Machado e Machado Filho (2014, p. 21) a entendem como “o caminho mais racional para a produção de alimentos limpos [...]”.

[...] a agroecologia, como forma de agricultura e como a entendemos, retoma as concepções agronômicas de produção pré-revolução verde. Apropria-se dos imensos progressos da ciência e da tecnologia dos últimos 50 anos que se conformam em técnicas produtivas com a incorporação das questões sociais, políticas, culturais, ambientais, energéticas e éticas, tendo sempre presente a escala. Esta a agricultura para os novos tempos, que dispõem de saberes, desde os ancestrais aos atuais, e está apta a pô-lo em prática [...] (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 35).

Essas alternativas esbarram-se na dificuldade de mudanças de paradigmas de sistema produtivo nos assentamentos. Um dos maiores desafios diz respeito à necessidade de promover uma mudança nos sistemas tradicionais da agricultura familiar camponesa para novas práticas e o desenvolvimento de novos produtos voltados principalmente à diversificação da agricultura.

Embora mercados tradicionais mantenham a sua importância, as vantagens da agricultura familiar camponesa são cada vez mais associadas a uma agricultura mais “natural” possível – orgânica, artesanal, menos impactante aos recursos naturais. Trata-se de novas formas de aprendizagem, tanto com base nos conceitos agroecológicos e manejo de ecossistemas, como na articulação com os mercados que possuem uma demanda crescente por produtos desta natureza (figuras 2 e 3).



**Figura 2.** Práticas extensionistas no Pontal do Paranapanema (SP)

Fonte: IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas (Pontal do Paranapanema / SP) / 2018, organizado por Vandervilson Alves Carneiro (2018)



**Figura 3.** Práticas agroflorestais no Pontal do Paranapanema (SP)

Fonte: IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas (Pontal do Paranapanema / SP) / 2018, organizado por Haroldo Borges Gomes (2019)

Muito próxima à agroecologia está o conceito de agrofloresta. Os pesquisadores desse método reconhecem que “os policultivos, os sistemas agroflorestais e outros métodos [...] imitam os processos ecológicos naturais e que a sustentabilidade dos agroecossistemas complexos baseia-se nos mesmos modelos ecológicos que eles seguem” (ALTIERI, 2012, p.107).

Esse método “[...] permite a transformação de pastos abandonados, de solos completamente degradados, em agroflorestas altamente produtivas e diversificadas, em um prazo curto que vai de 5 a 8 anos”, segundo Gotsch (1996, p.3).

Os Sistemas Agroflorestais – SAFs são técnicas sustentáveis de produção agrícola de grande valia para as famílias que continuam fazendo do campo sua fonte para obtenção de sustento, além do acesso a uma alimentação farta e mais saudável, ocasionada pela ausência de agrotóxicos e outros produtos agressivos ao homem e ao meio. Tudo isso se reflete também no fator de manutenção de recursos naturais e na recuperação de áreas que já se encontram em um estado de degradação

avançado, resultado do cultivo intenso de monoculturas e de pastagens mal manejadas ao longo dos anos de seu usufruto (ARAÚJO; SOUZA, 2017, p.4).

“É uma tentativa de se imitar a natureza, onde diversas espécies vivem consorciadas, necessitando umas das outras para seu pleno desenvolvimento”. Assim, “[...] nas agroflorestas manejadas de acordo com tal metodologia, as espécies cultivadas são plantadas em consórcio com outras semelhantes àquelas que normalmente ocorreriam na natureza” (GOTSCH, 1996, p. 3).

Nesse sentido, as agroflorestas surgem como uma grande possibilidade de diversificar a produção, aliar a produção de agricultura, pecuária e floresta, melhorar as condições de manejo do solo, a produção e a eficiência produtiva da área, aumentando conseqüentemente a renda, com a redução dos custos dos agricultores familiares camponeses.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresenta uma discussão que parte dos processos de agricultura brasileira, calcados em mudanças da base técnica produtiva, na relação entre indústria/agricultura e o processo de agroindustrialização, que reforça o modelo de concentração da terra e da renda, como herança do que ocorreu em toda a história das ocupações dos territórios no país, desde o suposto “descobrimento do Brasil”. Por outro lado, tem-se a produção dos agricultores familiares camponeses, que se organizaram em movimentos de luta pela terra, obrigando o Estado a realização de assentamentos rurais, garantindo a reprodução social dessas famílias. No entanto, os conflitos não se limitam à disputa por territórios, eles se fazem presentes também na batalha por créditos agrícolas para produção e na competição por mercados, na comercialização dos seus produtos. As marginalizações dos mesmos continuam e suas constantes lutas agora são para se permanecerem em seus territórios se inserirem no mercado.

Dentre as estratégias de resistências está a organização em cooperativas ou associações que lhes garantem maiores competitividades a partir do desenvolvimento de atividades produtivas e comerciais em coletividade, como processos de organização com objetivo de retirar a figura dos atravessadores na realização das vendas e garantir a competitividade no mercado. Como o Estado direciona sempre suas políticas públicas para os grandes empreendimentos rurais, a luta é travada também dentro da perspectiva de forçá-lo a elaborar e executar políticas públicas para a pequena produção.

Outra estratégia que está se experienciando nos assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema, e em muitos assentamentos espalhados pelo país, são os modelos de produção em processos agroecológicos e agroflorestais, como forma de recuperar os solos e a vegetação degradados,

melhorar o índice de produtividade, produzir e comercializar, em cadeias curtas, alimentos mais saudáveis à população local, e garantir a reprodução e permanência das famílias camponesas nos assentamentos.

Essa possível transição para produção mais equilibrada e sustentável apresenta-se como uma alternativa recente muito interessante para a diversificação na produção, equilíbrio da produção com os recursos naturais e a capacidade que estes sistemas tende a melhorar a renda, no âmbito de equivalência de produção por área. Desse modo, esse texto deixa a sinalização de outras pesquisas para investigação e análise se a produção pelo sistema agroflorestal e da transição agroecológica de fato se confirma como potencialidade para melhorar a produtividade e qualidade de vida dos agricultores familiares camponeses do Pontal do Paranapanema.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. S.; BERTONCINI, F.; DORIZZOTTO, M. I.; GONÇALVES, P. K.; JUNQUEIRA, A. B.; RESENDE, R. U.; RODRIGUES, R. R.; RUAS, E. M.; VOSGUERITCHAN, S. B. Restauração ambiental no assentamento Ipanema, Iperó, SP: estratégias para integrar agricultores com a recuperação de matas ciliares em assentamento rural. In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 3, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: FEAGRI/Unicamp, 2007. 20 p.

ALTIERI, M. **Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARAÚJO, F. M.; SOUZA, E. A. Atividades técnico-agrícolas no processo de transição agroecológica em Quirinópolis - GO. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SINGA, 2017. 13 p.

BEDUSCHI, L. C., A formação dos assentamentos rurais no Brasil. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 151-153, out. 1999.

BIBIANO, M. G. M.; GOMES, G. C. A luta pela terra e política de terras no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2007. 15 p.

BOLFE, A. P. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Como entender os sistemas agroflorestais em assentamentos rurais? A visão dos agricultores na região do Pontal do Paranapanema. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3, 2008, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Rede de Estudos Rurais, 2008. 14 p.

BRANDÃO, C. R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EdUFU, 2009.

BUAINAIN, A. M.; PIRES, D. **Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil**. Goiânia: Associação Brasileira de Direito Agrário, 2003. 47 p. Disponível em: <<http://www.abda.com.br/texto/antoniobuainain.pdf>>. Acesso: 05 jul. 2012.

BUNDE, A.; MENDONÇA, M. R. Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre as famílias camponesas - Município de Ipiranga de Goiás / Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA / SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6 / 5, 2009, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2009. 16 p.

CAMILOTI, P. R.; LIMA, S.; ANDRADE, T. L.; BARONE, L. A.; ROCHA, R. R. A. Dilemas de um projeto ambiental: relato de uma experiência participativa no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 11, p. 225-238, 2008.

CANUTO, J. C.; RAMOS FILHO, L. O.; NOBRE, H. G.; MARÇAL, M. F. M.; FRANCO, V. F.; VIEIRA, H. B. Construção do conhecimento agroecológico a partir de sistemas agroflorestais em assentamentos rurais no Estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, 3, 2008, Araraquara. **Anais...** Araraquara: UNIARA, 2008. 17 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, 2000.

COSTA, A. A. A.; RIBEIRO, T. C. A. O Associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. 14 p.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone; Campinas: UNICAMP, 1985.

FAJARDO, S. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p.31-44, set. 2008.

FERNANDES, B. M.; ANTONIO, A. P.; SILVEIRA, F.R. A questão da cana-de-açúcar nos assentamentos do Pontal do Paranapanema: parecer técnico científico da Unesp. **Revista Reforma Agrária**, v. 25, n. 2/3, maio/dez. 1995.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. "Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **SOCIOLOGIAS**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, p. 262-305, jan. /abr. 2011.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a "trama de tensões" em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; Araraquara: UNIARA, 2008. p. 272-307.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

**GÖTSCH, E.** *O renascer da agricultura. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996.*

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010.

HESPANHOL, A. N. A incorporação da perspectiva do desenvolvimento territorial nas políticas públicas brasileiras: avanços e limites. In: CUNHA, L.; PASSOS, M. M.; JACINTO, R. (coord.). **As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal.** Guarda: Centro de Recursos Ibéricos, 2010. p. 275-291.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão popular. 2008. p. 81-93.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS - IPÊ. **Acervo de imagens de ações extensionistas no Pontal do Paranapanema / SP.** Disponível em: <<http://www.ipe.org.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LIMA, E. M. Licenciamento e recomposição ambiental em projetos de reforma agrária. **Revista de Direito Agrário**, Goiânia, n. 19, p. 157-174, 2007.

LIMA, J. F.; GOMES, H. B.; CULLEN JUNIOR, L.; MOSCOGLIATO, A. V.; CAMPOS, N. R.; BELTRAME, T. P. Café com floresta: criando suficiência alimentar e biodiversidade ecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 301-305, fev. 2007.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Caracterização do Território Pontal do Paranapanema - SP.** Brasília: SIT-MDA, 2009.

MITIDIERO JÚNIOR, M. A. *Questão agrária, questão jurídica!* **Revista OKARA, João Pessoa**, v. 1, n. 2, p. 1-128, 2007.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA (NERA). **DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2016.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, dez. 2017. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta\\_brasil\\_2016.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2016.pdf). Acesso em 18/05/2019.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA (NERA). **DATALUTA**: Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Pontal do Paranapanema 2013. Presidente Prudente: FCT/UNESP, dez. 2014. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_pontal\\_2012.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2012.pdf). Acesso em 18/05/2019.

PORTO, M. F.; MALERBA, J.; SEVÁ, J.; SOUZA, J.; LOPES, S.; PEREIRA, I.; VIEIRA, A. C. Q.; ROCHA, D. F. **Os territórios rurais como espaços de disputas por modelos alternativos de ocupação e uso do território**: a experiência de 4 anos da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Fortaleza: RBJA, 2007.

RAMOS FILHO, L. O.; FRANCISCO, C. E. S.; ALY JUNIOR, O. Legislação ambiental e uso de sistemas agroflorestais em assentamentos rurais no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 280-283, fev. 2007.

ROSA, A. F. **A territorialização do setor sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema: estudo de caso do município de Martinópolis-SP**. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista: Presidente Prudente, 2012.

RURAL NEWS. **A importância das cooperativas agropecuárias**. 2017. Disponível em: <<http://www.ruralnews.com.br/visualiza.php?id=780>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. **Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. Buenos Aires: FLACSO / Universidad de Buenos Aires, 2005. 25 p.

SERRA, E. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: caso da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá**. 1986. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1986.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE / UNICAMP, 1996.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: Centro de Estudos de Geografia e Trabalho / FCT-UNESP, 2007.

Contato com o autor: Vandervilson Alves Carneiro <[profvandervilson@yahoo.com.br](mailto:profvandervilson@yahoo.com.br)>

Recebido em: 30/12/2018

Aprovado em: 7/10/2019

---

<sup>i</sup>Por economia de consumo, entende Brandão, como a produção para sustentação familiar ou de trocas de produtos por produtos, em comunidades camponesas tradicionais, mas já integradas ao mercado. Diferente da economia de mercado, considerado “economia de excedente produção para além do consumo, o excedente comercializável” (BRANDÃO, 2009, p. 45).

<sup>ii</sup> De acordo com o INCRA uma pequena propriedade compreende uma área de até 4 módulos fiscais e uma grande propriedade acima de 15 módulos fiscais. Em Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, municípios com os maiores números de assentamentos no Pontal do Paranapanema, 1 módulo fiscal equivale a 30 ha.

<sup>iii</sup>O relato de experiência é um texto que descreve precisamente uma dada experiência que possa contribuir de forma relevante para sua área de atuação. Ele traz as motivações ou metodologias para as ações tomadas na situação e as considerações/impressões que a vivência trouxe àquele(a) que a viveu. O relato é feito de modo contextualizado, com objetividade e com fundamentação teórica específica da temática a ser abordada.

<sup>iv</sup>Que desempenha um importante papel junto às comunidades rurais em todo país, pois, esse tipo de atividade é essencial para o fortalecimento do setor agrícola e conseqüentemente para a economia nacional, levando as novas tecnologias até o agricultor familiar camponês, além de promover ações que tem o propósito de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, das populações ribeirinhas e etc.

<sup>v</sup>Organização não governamental.

<sup>vi</sup>Texto online.

<sup>vii</sup>O conceito de cadeias curtas pode ser encontrado no texto de Marsden, Banks e Bristow (2000, p. 425): The term Short Food Supply Chain (sfsc) is used in this paper as an umbrella term. We identify three main types of sfsc, all of which facilitate or enable the defining characteristics of a sfsc to exist – that being the ability to engender some form of connection between food consumer and food producer. Traduzido por Schneider e Ferrari (2015, p. 57) como: As cadeias curtas se assentam na conexão direta entre produtores e consumidores permitindo ressocializar e reespecializar o alimento a partir do âmbito local e constituindo mercados emergentes enraizados na tradição, origem, natureza ou modo de produção.

<sup>viii</sup>O DataLuta apresenta 114 em 2013 (NERA, 2014).